

Inserção Externa e Competitividade dos Estados da Região Nordeste do Brasil no Período 1995-2004

Prof. Dr. Clésio Lourenço Xavier

** Professor Adjunto II, no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.*

Francisca Diana Ferreira Viana

** Economista, pesquisadora do Núcleo de Economia Aplicada do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IEUFU).*

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é identificar, através de indicadores de competitividade, os setores de exportação mais competitivos ou “pontos fortes” do comércio exterior de cada Estado da região Nordeste no período 1995-2004. Além disso, procura mensurar o grau de diversificação e especialização da pauta de exportação de cada Estado da região. Concluiu, pelo resultado dos indicadores, que a maioria dos Estados da região Nordeste concentrou seus “pontos fortes” em poucos setores, apresentando uma pauta pouco diversificada, além de pouco especializada, em que, de um modo geral, os setores intensivos em recursos naturais e mão-de-obra têm uma participação ainda muito significativa.

Palavras-chave:

Comércio exterior-Região Nordeste, Competitividade-Região Nordeste, Competitividade-Indicadores, Exportações-Região Nordeste.

1 – INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi palco de diversas transformações na economia mundial e tais transformações se originaram do denominado processo de globalização que, de uma forma resumida, fundamenta-se na integração econômica, liberalização comercial e financeira e na crença de que o mercado seja impulsionador do desenvolvimento e do bem-estar econômico. Partindo dessas premissas, os países em desenvolvimento, a partir dos anos 1970, aderiram a esse processo, fazendo da liberalização dos mercados financeiro e de bens condição necessária para a alavancagem do desenvolvimento econômico desses países.

A abertura comercial dessas economias teve como conseqüência a intensificação da competição, trazendo a idéia da busca de competitividade e da especialização produtiva como objetivo principal a ser alcançado, pois é a partir do ganho de competitividade e da especialização produtiva que esses países se inserem no comércio mundial de mercadorias.

No caso brasileiro, sua inserção no mercado globalizado explicitou a questão da economia regional, já que as regiões brasileiras elegeram a variável exportação como uma possível forma de alcançar o desenvolvimento. A partir de tal pressuposto os Estados da região Nordeste do Brasil vêm tentando nos últimos anos ampliar e melhorar a qualidade de sua inserção.

Para visualizar em que grau a economia nordestina está inserida na economia internacional, o presente trabalho verificou, através de indicadores de competitividade, o comportamento das exportações nordestinas no período 1995-2004 para, assim, identificar os setores produtivos de cada Estado da região que apresentaram durante esse período maior competitividade. A escolha do período em questão buscou abranger o momento em que a abertura comercial da economia brasileira já estava consolidada e os indicadores calculados identificaram os setores que têm uma maior expressão dinâmica no comércio exterior da região Nordeste, ou seja, aqueles setores que vêm ganhando competi-

vidade no mercado internacional, ou ainda o que Gutman e Miotti apud Hidalgo (1998) chamam de “pontos fortes” do comércio exterior.

A identificação dos “pontos fortes” de cada Estado pode dar suporte para futuras políticas setoriais de incentivo às exportações, não apenas para aqueles setores mais dinâmicos, como também para aqueles que têm potencialidade para despontar nas exportações de cada unidade da região.

2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

O trabalho avaliou o comportamento das exportações da região Nordeste, englobando seus nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) no período 1995-2004; por meio de cálculo de indicadores que medem o grau de competitividade de um setor produtivo, foram identificados os “pontos fortes” no comércio exterior para o período considerado, ou seja, foram apontados os setores produtivos de maior competitividade no período em questão para cada um dos nove estados.

Para isto, foi utilizada a base de dados da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) do Brasil, disponível através do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Sistema Alice)¹ para exportação e importação discriminada por Estado e por capítulos, os quais correspondem aos setores produtivos e estão enumerados de 1 (um) a 99 (noventa e nove) de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), sendo definidos pelo BRASIL (2004) como correspondendo a todo produto objeto de uma importação ou exportação².

¹ O Sistema Alice está disponível no *site* do MDIC na seguinte página: <http://aliceweb.desenvolvimento.com.br>.

² Para efeito de classificação de mercadorias, o Brasil passou a utilizar, desde 1996, a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), utilizada igualmente pelos demais países partícipes do bloco (Argentina, Paraguai e Uruguai) baseado no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) (BRASIL, 2004).

Os seguintes indicadores foram calculados: Índice de Concentração das Exportações por Setor (ICS); o indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR); Taxa de Cobertura das Importações e o Indicador de Comércio Intra-Setorial.

O indicador ICS é conhecido como coeficiente de Gini-Hirschman. Love (1979) argumenta que, quanto mais concentradas as exportações em poucos produtos e países de destino, mais a economia estará sujeita a flutuações de demanda, o que implica mudanças bruscas nas receitas de exportação.

O ICS é dado pela seguinte expressão:

$$ICS = \sqrt{\sum_i \left(\frac{X_{ij}}{X_j}\right)^2}$$

Em que:

X_{ij} - representa as exportações do setor i pelo Estado j ;

X_j - representa as exportações totais do Estado j .

Este índice varia entre 0 (zero) e 1 (um) e, quanto mais próximo de 1 (um), mais concentradas serão as exportações do Estado em poucos produtos; caso contrário, ou seja, quanto mais próximo de zero mais diversificada será a pauta de exportação do estado.

O indicador VCR mensura a tendência de especialização internacional de uma economia; foi originalmente criado por Balassa apud Hidalgo (1998) com base no conceito de Vantagem Comparativa Revelada; os índices de VCR servem para descrever os padrões de comércio que estão tendo lugar na economia, mas não mostram se esses padrões são ótimos ou não.

Tal indicador pode ser expresso da seguinte forma:

$$VCR_{ij} = \frac{X_{ij} / X_{iNE}}{X_j / X_{NE}}$$

Em que:

X_{iNE} - são as exportações do setor i da região Nordeste;

X_{NE} - são as exportações totais da região Nordeste, ou zona de referência.

Se o VCR_{ij} for maior que a unidade, o setor i apresenta vantagem comparativa para o Estado j , e, se o VCR_{ij} for menor que a unidade, o setor i apresenta desvantagem comparativa revelada para o Estado j .

Segundo Hidalgo (1998), o índice de VCR fornece um indicador da estrutura relativa das exportações de uma região ou país. Quando uma região exporta um volume grande de um determinado produto em relação com o que é exportado pelo país desse mesmo produto, isso sugere que a região conta com vantagem comparativa na produção desse bem.

A Taxa de Cobertura das Importações (TC) indica quantas vezes o volume das exportações do setor i está cobrindo o volume de importação do mesmo, e é expresso como segue:

$$TC_{ij} = \frac{X_{ij} / M_{ij}}{X_{iNE} / M_{iNE}}$$

Em que:

M_{ij} - são as importações do setor i pelo Estado j ;

M_{iNE} - são as importações do setor i da região Nordeste.

Quando TC_{ij} é maior que a unidade, identifica-se uma vantagem comparativa em termos de cobertura das importações, ou seja, as exportações do setor i no Estado j teriam uma dimensão maior, quando comparadas às importações do mesmo setor (FONTENELE; MELO; ROSA, 2000).

O comércio intra-setorial consiste na exportação e importação simultâneas de produtos classifi-

cados dentro de um mesmo setor produtivo. Esse tipo de comércio é explicado pelas economias de escala e pela diferenciação de produtos. Assim, quanto mais integrado for o Estado ao comércio internacional, maior seu comércio intra-setorial, refletindo um maior nível de especialização. O indicador utilizado para calcular o comércio intra-setorial é o sugerido por Grubel e Lloyd apud Hidalgo (1998), dado pela expressão:

$$G - L = 1 - \frac{\sum_i |X_{ij} - M_{ij}|}{\sum_i (X_{ij} + M_{ij})}$$

Este indicador também varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, quanto mais próximo de um, maior será o comércio intra-setorial, e quanto mais próximo de zero, menor será este comércio.

A identificação dos setores de exportação mais competitivos, ou “pontos fortes”, ocorreu pelo critério de Gutman e Miotti apud Hidalgo (1998). Este critério analisa os “pontos fortes” de comércio exterior de uma economia, observando que setores possuem simultaneamente Vantagem Comparativa Revelada (VCR) e Taxa de Cobertura das Importações (TC) maior que a unidade. A análise será feita para o período 1995-2004, com o objetivo de verificar possíveis mudanças na pauta de exportação de cada Estado ao longo do período em questão.

3 – COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE NO PERÍODO 1995-2004

O fato de a região Nordeste estar entre as mais pobres do Brasil fez com que a necessidade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento fosse uma constante na sua economia, inclusive em seus setores de exportação. Assim, de uma forma geral, conforme destacam Fontenele; Melo e Dantas (2001, p. 384):

Os setores industriais nos quais o Nordeste apresenta claramente vantagem em relação ao restante do país, dentro do quadro de dinamismo da demanda mundial, são sobretudo aqueles cujas performances resultam das políticas industriais implementadas nos Estados da região e são impulsionados por investimentos públicos no período que antecedeu a abertura comercial.

A ausência de um parque industrial dinâmico na região Nordeste antes do período da abertura comercial gerou uma certa limitação à pauta de exportação de seus Estados, que é uma pauta tradicionalmente composta por produtos de processamento básico, *commodities* tradicionais e produtos da indústria tradicional, ou seja, aqueles setores que receberam investimentos públicos ou em que a região possui vantagem comparativa, tendendo a gerar uma forte concentração da pauta em poucos produtos. Isto pode ser confirmado pelo Índice de Concentração por Setor exposto na Tabela 1.

Tabela 1 – Índice de concentração das exportações dos Estados da região Nordeste

Estados	Índice de Concentração das Exportações por Setor									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alagoas	0,77	0,74	0,80	0,86	0,82	0,79	0,93	0,78	0,78	0,69
Bahia	0,30	0,29	0,29	0,29	0,29	0,30	0,33	0,31	0,31	0,29
Ceará	0,46	0,46	0,45	0,44	0,41	0,40	0,37	0,38	0,38	0,37
Maranhão	0,73	0,71	0,68	0,65	0,69	0,64	0,57	0,58	0,51	0,47
Paraíba	0,49	0,56	0,49	0,38	0,37	0,38	0,43	0,44	0,43	0,42
Pernambuco	0,68	0,52	0,56	0,55	0,43	0,34	0,44	0,41	0,34	0,35
Piauí	0,54	0,52	0,52	0,45	0,46	0,41	0,45	0,37	0,38	0,35
Rio G. do Norte	0,52	0,51	0,49	0,52	0,49	0,46	0,44	0,45	0,46	0,56
Sergipe	0,62	0,62	0,57	0,52	0,53	0,54	0,42	0,68	0,57	0,62

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os resultados obtidos através do cálculo do Índice de Concentração por Setor (ICS), podemos verificar pela Tabela 1 que, em 1995, quatro Estados apresentaram ICS relativamente alto: Alagoas (0,77); Maranhão (0,73); Pernambuco (0,68) e Sergipe (0,62). Isto significa que estes estavam com uma pauta de exportação concentrada em poucos setores. Em 2004, apenas os Estados de Alagoas e Sergipe continuam com um ICS elevado, de 0,69 e 0,62, respectivamente. Vale destacar que, para o Estado de Alagoas, mesmo esse indicador continuando elevado, houve uma redução dele quando comparado a 1995; no entanto, Sergipe manteve o valor de seu ICS constante. Os Estados do Maranhão e Piauí tiveram, em 2004, uma queda significativa nesse indicador, chegando a 0,37 e 0,35, respectivamente; isto comprova uma maior diversificação na pauta de exportação desses Estados quando comparada a 1995.

Os Estados da Bahia, Ceará e Paraíba foram os que apresentaram valor numérico mais baixo para o ICS tanto em 1995 quanto em 2004. No primeiro ano, os ICS desses Estados eram de, respectivamente, 0,30; 0,46 e 0,49, ao passo que, em 2004, a Bahia permaneceu com esse indicador praticamente constante (0,29), enquanto o Ceará e Paraíba apresentaram uma redução, passando para 0,37 e 0,42, refletindo, assim, uma maior diversificação da pauta de exportação no período em questão.

Os Estados do Piauí e Rio Grande do Norte não apresentaram ICS tão elevados quanto os Estados de Alagoas, Maranhão e Pernambuco, mas também não apresentaram um valor muito reduzido para esse indicador, visto que, em 1995, esses estados possuíam um ICS de 0,54 e 0,52, respectivamente; porém, no caso do Piauí, se observamos o ano de 2004, constatamos que esse Estado sofreu uma significativa queda em seu ICS, passando, este indicador, a apresentar um valor de 0,35. O mesmo não ocorre para o Rio Grande do Norte, dado que seu ICS sofreu uma variação positiva em 2004, passando para 0,56.

Os resultados obtidos acima mostram que a pauta de exportação dos Estados da região Nor-

deste ainda é muito concentrada em poucos setores, mas que, ao longo dos últimos dez anos, essa concentração se reduziu, visto que todos os Estados, exceção feita ao Rio Grande do Norte, reduziram o valor desse indicador em 2004. Alguns registraram apenas uma pequena redução, mas outros apresentaram uma redução significativa, o que pode ser visto como um fator favorável ao comércio exterior nordestino de uma forma geral.

Aplicando o critério de Gutman e Miotti apud Hidalgo (1998), obtivemos os denominados “pontos fortes” para todos os Estados da região Nordeste, isto é, aqueles setores de exportação de cada economia que apresentaram Vantagem Comparativa Revelada (VCR) e Taxa de Cobertura das Importações (TC) simultaneamente maiores que a unidade.

A Tabela 2 expressa os “pontos fortes” do comércio exterior do Estado de Alagoas e, como pode ser observado, dos noventa e nove setores estudados, Alagoas possuía apenas três “pontos fortes” em 1995, ou seja, somente três setores apresentavam competitividade naquele ano; estes setores eram: produtos químicos inorgânicos etc; plástico e suas obras e açúcares e produtos de confeitaria. Em 2004, Alagoas perde competitividade nos setores registrados em 1995 e passa a apresentar apenas um setor de destaque ou “ponto forte”, que é o setor produtos químicos orgânicos.

O Estado do Maranhão também concentrou seus “pontos fortes” em poucos setores: dos noventa e nove setores, o Maranhão possuía apenas cinco como “pontos fortes” no ano de 1995. Pela Tabela 3, observa-se que para o ano em questão os setores de destaque na pauta de exportação maranhense foram: ferro fundido, ferro e aço e móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões etc.

Em 2004, praticamente não ocorreu mudança na pauta de exportação maranhense, pois quatro dos cinco setores registrados como “pontos fortes” em 1995 permaneceram em 2004. Entretanto, neste mesmo ano, o Maranhão perde competitividade em um dos setores mais competitivos em 1995, o

Tabela 2 – Setores mais competitivos ou “pontos fortes” – Alagoas – 1995/2004

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
28	Produtos químicos inorgânicos etc.	1,24	54,17		
39	Plásticos e suas obras	1,43	282,63		
17	Açúcares e produtos de confeitaria	4,17	69.426,39		
29	Produtos químicos orgânicos			1,39	8,07

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 – Setores mais competitivos – Maranhão – 1995/2004

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
12	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes etc.	6,18	39,28	3,89	3,03
28	Produtos químicos inorgânicos etc.	3,38	1,65	4,69	2,87
72	Ferro fundido, ferro e aço	2,62	11.315,35	4,19	8.806,98
76	Alumínio e suas obras	5,99	26,86	5,92	34,29
94	Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões etc.	5,50	228,58		

Fonte: Elaboração própria.

de móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões etc. Ressalta-se também que este estado não registrou nenhum novo “ponto forte” em seu comércio exterior em 2004.

Através da Tabela 4, pode-se constatar que o Piauí foi o Estado que apresentou o pior desempenho, quando se leva em consideração o critério de identificação dos “pontos fortes”, pois este Estado, em 1995, possuía apenas três “pontos fortes” no seu comércio exterior (outros produtos de origem animal; gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais etc.; vestuário e seus acessórios, exceto de malha).

Quando se analisa o ano de 2004, o Estado do Piauí perde competitividade nos setores: outros produtos de origem animal e gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais etc., e não ganha competitividade em nenhum novo setor, permanecendo apenas

com o setor vestuário e seus acessórios, exceto de malha, fazendo parte de sua pauta de exportação, quando comparado a 1995.

O Estado de Sergipe também apresentou uma pauta pouco diversificada, com apenas três setores sendo considerados “pontos fortes” da economia sergipana em 1995 (adubos e fertilizantes; algodão; outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc.). Em 2004, Sergipe perdeu competitividade nos setores adubos e fertilizantes e algodão. Permaneceu apresentando competitividade no setor outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc., ganhando competitividade em apenas um novo setor: sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento (Tabela 5).

O Estado da Paraíba foi um dos que apresentaram resultado mais satisfatório no que se refere

Tabela 4 – Setores mais competitivos – Piauí – 1995/2004

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
05	Outros produtos de origem animal	6,36	28,34		
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais etc.	17,05	71,47		
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	31,50	1.457,67	33,27	15,48

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 5 – Setores mais competitivos – Sergipe – 1995/2004

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento			15,28	80,04
31	Adubos ou fertilizantes	11,90	1,10		
52	Algodão	23,34	1,79		
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc.	5,64	13,64	2,35	21,61

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6 – Setores mais competitivos – Paraíba – 1995/2004

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	2,11	2,14	1,57	12,41
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes etc. comestíveis	7,66	17,33		
19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos etc.			16,34	3,93
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas etc.	3,54	1,64		
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres			5,80	1,64
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento			6,23	3,44
30	Produtos farmacêuticos			23,68	29,53
49	Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos etc.			3,63	47,34
56	“Pastas (‘ouates’), feltros e falsos tecidos etc.”			7,30	1,49
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos etc.			10,18	14,44
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc.			32,17	9,58
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica etc.			6,75	4,76
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia etc.			2,11	3,21
95	Brinquedos, jogos, artigos p/ divertimento, esportes etc.			7,67	23,55

Fonte: Elaboração própria.

ao critério de identificação dos “pontos fortes”, pois em 1995, este Estado apresentava somente três setores como “pontos fortes”: peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; produtos hortícolas, plantas, raízes etc. comestíveis e preparações de produtos hortícolas, de frutas etc. (Tabela 6).

No ano de 2004, o Estado da Paraíba perde competitividade nos setores produtos hortícolas, plantas, raízes etc. comestíveis e preparações de produtos hortícolas, de frutas etc. Porém, neste mesmo ano, a Paraíba registra onze novos setores como “pontos fortes” em seu comércio exterior. Dentre estes se destacaram: produtos farmacêuticos; tecidos impregnados, revestidos, recobertos etc.; outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc., e outros. Além disso, o setor peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos

permaneceu na pauta de exportação da Paraíba no ano em questão.

O Estado do Rio Grande do Norte também está entre os que possuíam competitividade em um número relativamente pequeno de setores no período analisado. Pela Tabela 7, observa-se que os “pontos fortes” da economia potiguar em 1995 eram somente dez, dentre os quais destacaram-se: obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.; sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento, dentre outros.

Em 2004, o Estado do Rio Grande do Norte apresentou oito setores considerados “pontos fortes” no seu comércio exterior e, deste montante, cinco foram setores em que o Estado ganhou competitividade (outros produtos de origem animal; gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais etc.; com-

Tabela 7 – Setores mais competitivos – Rio Grande do Norte – 1995/2004

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	4,41	29,31	4,84	41,11
05	Outros produtos de origem animal			6,49	1,31
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais.	5,25	2,14		
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais etc.			1,29	18,08
17	Açúcares e produtos de confeitaria	1,59	24,22		
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento.	4,08	690,39	1,40	149,94
27	Combustíveis minerais, óleos minerais etc., ceras minerais			4,71	1.958,77
30	Produtos farmacêuticos	14,70	9,54		
33	Óleos essenciais e resinóides, prods. de perfumaria etc.	8,14	1,28		
42	Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro etc.	44,43	330,02		
52	Algodão	1,56	1,24		
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	1,96	2,07		
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.			5,53	32.562,21
81	Outros metais comuns, ceramais, obras dessas matérias			11,89	21.220,27
96	Obras diversas	49,93	13,21	7,49	10,01

Fonte: Elaboração própria.

combustíveis minerais, óleos minerais etc. ceras minerais; vestuário e seus acessórios, de malha e outros metais comuns, ceramais, obras dessas matérias). Tal Estado permanece competitivo em apenas três setores, quando comparado a 1995 (peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento e obras diversas), e perde competitividade em seis setores (outros produtos de origem animal; algodão, dentre outros).

O Estado da Bahia foi o que apresentou maior número de “pontos fortes”, comprovando a relativa diversificação de sua pauta de exportação, pois, como pode ser observado pela Tabela 8, dos noventa e nove setores, a Bahia, em 1995, possuía vinte e nove que, pelo critério de Gutman e Miotti apud Hidalgo (1998), podiam ser considerados “pontos fortes”. Dentre estes vinte e nove setores, destacaram-se: café, chá, mate e especiarias; materiais p/ entrançar e outros produtos de origem vegetal e outras fibras têxteis vegetais, fios de papel etc.

Em 2004, o Estado da Bahia perde competitividade em doze dos vinte e nove setores registrados como “pontos fortes” em 1995, tendo como

exemplo os seguintes setores: materiais p/ entrançar e outros produtos de origem vegetal; adubos ou fertilizantes; ferro fundido, ferro ou aço, dentre outros.

A Tabela 8 também mostra os setores que não eram “pontos fortes” no comércio exterior baiano em 1995, mas que passaram a ser em 2004, tais como os setores: veículos automóveis, tratores etc., suas partes/acessórios; móveis; mobiliário médico-cirúrgico, colchões etc.; objetos de arte, de coleção e antiguidades, dentre outros.

Vale ressaltar ainda que, dos vinte e nove setores considerados como “pontos fortes” em 1995, dezessete continuaram na pauta de exportação baiana na condição de setores competitivos; entre os mais importantes, podem-se destacar: resíduos e desperdícios das indústrias alimentares etc; pedras naturais ou cultivadas, pedras preciosas etc., e outras fibras têxteis vegetais, fios de papel etc.

O Estado do Ceará, assim como o Estado da Bahia, também apresentou competitividade em uma pauta de exportação relativamente diversificada, visto que, dos noventa e nove setores, dezenove faziam parte da pauta de exportação cearense em 1995. Através da Tabela 9, pode-se observar que, dentre

Tabela 8 – Setores mais competitivos – Bahia – 1995/2004

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
09	Cafê, chá, mate e especiarias	2,16	8.935,51	1,95	10,91
14	Matérias p/ entrançar e outs. prods. de origem vegetal	2,08	3.879,99		
18	Cacau e suas preparações	2,21	1,05		
19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos etc.	2,21	2,03		
20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas etc.	1,00	2,54		
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares etc.	2,21	11,18	1,87	12,47
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados			1,68	2,13
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	2,02	1,94		
27	Combustíveis minerais, óleos minerais etc., ceras minerais	2,21	2,15	1,29	1,37
29	Produtos químicos orgânicos	1,82	1,08	1,77	1,81
31	Alubos ou fertilizantes	2,07	2,56		
32	Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados etc.	2,21	2,80	1,80	2,28
34	Sabões, agentes orgânicos de superfície etc.	2,20	3,32	1,79	2,39
37	Produtos para fotografia e cinematografia	2,21	1,32	1,98	1,22
38	Produtos diversos das indústrias químicas	2,20	1,26	1,95	1,32
39	Plástico e suas obras	1,64	1,14	1,68	1,81
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,88	10,00	1,03	5,32
46	Obras de espartaria ou de cestaria			1,27	2,00
47	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas etc.	2,21	1,71	1,98	2,16
48	Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel etc.	2,19	3,13	1,81	4,05
53	Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel etc.	2,14	124,23	1,97	6,29
54	Filamentos sintéticos ou artificiais	1,93	17,86	1,94	4,91
56	“Pastas (“ouates”), feltros e falsos tecidos etc.”			1,46	1,04
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos etc.			1,42	1,01
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica etc.	1,71	3,36		
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas etc.	2,21	1,21	1,95	11,35
72	Ferro fundido, ferro e aço	1,13	1,72		
74	Cobre e suas obras	2,21	1,01	1,98	1,57
75	Níquel e suas obras	2,21	1,01		
81	Outros metais comuns, ceramais, obras dessas matérias	2,21	2,25		
82	Ferramentas, artefatos de cutelaria etc., de metais comuns	1,69	1,31	1,90	1,65
85	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes etc	1,32	3,55		
87	Veículos automóveis, tratores etc., suas partes/acessórios			1,95	1,01
89	Embarcações e estruturas flutuantes	2,21	15,22		
94	Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões etc.			1,67	1,13
95	Brinquedos, jogos, artigos p/ divertimento, esportes etc.			1,50	2,65
97	Objetos de arte, de coleção e antiguidades			1,42	1,45

Fonte: Elaboração própria.

estes dezanove setores, merecem destaque os seguintes: obras de ferro fundido, ferro ou aço; obras de espartaria ou de cestaria; peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, dentre outros.

Em 2004, o Ceará perde competitividade em dez dos dezanove setores registrados como “pontos fortes” em 1995, sendo o caso de setores tais como: outros produtos de origem animal; produtos

farmacêuticos; vidro e suas obras e veículos automóveis, tratores etc., suas partes/acessórios. No entanto, neste mesmo ano, o Estado do Ceará ganha competitividade em doze novos setores, dentre os quais destacaram-se: leite e laticínios, ovos de aves, mel natural etc., e preparações alimentícias diversas.

É importante salientar que o Estado do Ceará permaneceu competitivo em oito dos dezanove se-

Tabela 9 – Setores mais competitivos – Ceará – 1995/2004

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
03	Peixes e crustáceos, moluscos e outs. invertebr. aquáticos	8,42	19,60	3,35	38,47
04	Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural etc.			5,06	12,27
05	Outros produtos de origem animal	1,45	4,61		
06	Plantas vivas e produtos de floricultura			8,52	1,04
08	Frutas, cascas de cítricos e de melões			3,89	1,46
10	Cereais			6,02	2,22
11	Produtos da indústria de moagem, malte, amidos etc.	8,89	2,22	6,49	554,24
13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	9,44	10,01	7,56	16.348,70
15	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais etc.	4,98	10,02		
21	Preparações alimentícias diversas			7,54	55,65
25	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento			1,02	10,01
30	Produtos farmacêuticos	5,36	4,03		
35	Matérias albuminóides, produtos à base de amidos etc.			8,00	3,45
41	Peles, exceto a peleteria (pele com pêlo), e couros	1,50	3,59	5,20	2,66
42	Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro etc.			9,03	2,05
46	Obras de espartaria ou de cestaria	1,66	27,91		
52	Algodão	9,31	1,37	5,03	1,00
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	9,21	1,06		
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha			5,32	1,73
63	Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos etc.	2,25	1,62		
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes			6,16	1,14
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica etc.			4,06	2,19
70	Vidro e suas obras	11,24	5,81		
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	11,23	31,48	6,57	27,96
83	Obras diversas de metais comuns	12,04	3,93	3,01	64,92
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas etc., mecânicos	9,35	3,28	3,00	5,22
87	Veículos automóveis, tratores etc., suas partes/acessórios	12,04	1,72		
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia etc.	7,07	2,79	4,78	5,40
91	Relógios e aparelhos semelhantes, e suas partes			5,23	1,10
92	Instrumentos musicais, suas partes e acessórios	10,87	5,09		
95	Brinquedos, jogos, artigos p/ divertimento, esportes etc.	8,92	4,43		

Fonte: Elaboração própria.

tores registrados como “pontos fortes” em 1995 (peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; produtos da indústria de moagem, malte, amido etc; gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais, dentre outros).

Resultados semelhantes aos apresentados pelos Estados da Bahia e do Ceará foram registrados para o Estado de Pernambuco em 1995, pois, como mostra a Tabela 10, este Estado apresentou uma pauta de exportação relativamente diversificada para aquele ano (dezenove setores registrados como “pontos fortes”, merecendo destaque os seguintes: tecidos de malha; produtos hortícolas, plantas, raí-

zes etc., comestíveis; borracha e suas obras, dentre outros).

Entretanto, a Tabela 10 também mostra que Pernambuco perdeu competitividade em diversos setores no ano de 2004, quando comparados a 1995, pois dos dezenove setores considerados “pontos fortes” em 1995, o Estado perde competitividade em treze, tais como: carnes e miudezas comestíveis; cereais; vestuário e seus acessórios, exceto de malha, dentre outros.

Pernambuco chega ao ano de 2004 com apenas doze “pontos fortes”, sendo que seis destes

setores se encontravam na sua pauta de exportação em 1995: borracha e suas obras; fibras sintéticas ou artificiais descontínuas etc. Dessa forma, apenas seis novos setores foram considerados “pontos fortes” no comércio exterior pernambucano, dentre os quais destacaram-se os seguintes setores: tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias etc.; obras diversas de metais comuns, e outros.

A análise dos resultados da aplicação do critério de Gutman e Miotti apud Hidalgo (1998) e do Índice de Concentração Setorial deixaram evidente que o comércio exterior nordestino pode ser dividido em dois grupos: um primeiro grupo representa os Estados que têm uma pauta menos concentrada, isto é, mais diversificada e, por consequência, possuíam um número maior de setores considerados “pontos fortes”; são eles: Bahia,

Ceará e Pernambuco. De outro lado, um segundo grupo que possuía uma pauta bastante concentrada e com poucos “pontos fortes”; é composto pelos Estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. É importante ressaltar que, dentro deste segundo grupo, o Estado da Paraíba apresentou um resultado significativamente favorável para o critério de identificação dos “pontos fortes”.

Outro ponto que merece destaque, tendo por base o resultado dos indicadores, é a confirmação de que a pauta de exportação dos Estados nordestinos ainda é composta por setores de processamento básico, *commodities* tradicionais e produtos da indústria tradicional. Como salienta Hidalgo (2000), é praticamente insignificante a participação dos produtos manufaturados mais intensivos em tecnologia, como máquinas e equipamentos.

Tabela 10 – Setores mais competitivos – Pernambuco – 1995/2004

NCM	Setores	1995		2004	
		VCR	TC	VCR	TC
02	Carnes e miudezas, comestíveis	7,38	1,52		
05	Outros produtos de origem animal	2,35	1,08		
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes etc., comestíveis	4,99	4,65		
10	Cereais	7,38	1,93		
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos etc.	7,38	1,60		
21	Preparações alimentícias diversas	6,15	2,22		
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	3,40	1,56		
34	Sabões, agentes orgânicos de superfície etc.			1,35	1,12
36	Pólvoras e explosivos artigos de pirotecnia etc.	7,38	4,17		
40	Borracha e suas obras	6,77	2,44	8,53	1,31
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	1,08	2,20		
49	Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos etc.	7,38	1,71	1,55	7,76
55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	1,08	1,07	10,57	57,25
58	Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias etc.			12,86	22,21
60	Tecidos de malha	4,85	15,97		
61	Vestuário e seus acessórios, de malha	7,04	2,44		
66	Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas etc.	7,38	1,25		
67	Penas e penugem preparadas, e suas obras etc.			15,55	1,07
69	Produtos cerâmicos	4,50	1,43	10,76	1,76
70	Vidro e suas obras			15,33	2,27
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço			2,14	2,39
82	Ferramentas, artefatos de cutelaria etc., de metais comuns	1,72	1,73		
83	Obras diversas de metais comuns			8,93	1,04
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas etc., mecânicos	1,51	1,05	4,05	2,92
85	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes etc.	2,95	1,11	8,19	2,98

Fonte: Elaboração própria.

Deve-se ressaltar também que mesmo aqueles Estados que possuem uma pauta mais diversificada (Bahia, Ceará e Pernambuco) apresentaram na composição dessa pauta setores com baixo conteúdo tecnológico, intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, conseqüentemente, com baixo valor agregado, refletindo instabilidade no valor de suas exportações. Além disso, são exatamente os setores com essas características que estão sofrendo constantemente barreiras comerciais, dificultando, assim, a expansão do seu comércio exterior.

4 – COMÉRCIO INTRA-SETORIAL NOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

O Índice de Concentração por Setor (ICS) e a identificação dos “pontos fortes” de cada estado da região Nordeste mostraram uma característica marcante do comércio exterior nordestino, ou seja, um comércio altamente concentrado em poucos setores, refletindo um baixo dinamismo no comércio internacional dos Estados da região. No entanto, outra maneira de mostrar o grau de dinamismo da economia nordestina no comércio exterior é através do indicador de comércio intra-setorial, pois este indicador, como visto anteriormente nos aspectos metodológicos, reflete-se no grau de especialização do comércio exterior de uma economia, dado que é explicado pelas economias de escala e pela diferenciação de produtos e, dessa forma, quanto mais próximo de um for este indicador, maior será a integração da economia ao co-

mércio internacional e, conseqüentemente, maior o seu grau de especialização pela utilização de economia de escala e pela capacidade de diferenciação de produtos.

Os resultados do cálculo deste indicador estão na Tabela 11. Como já se podia prever, os estados que apresentaram um menor índice de concentração setorial e um maior número de “pontos fortes” apresentaram também um maior comércio intra-setorial: Bahia, Ceará e Pernambuco, cujo valor do indicador de comércio intra-setorial para esses três estados em 1995 foi de 0,84; 0,70 e 0,84, respectivamente.

Em 2004, os Estados da Bahia e Ceará aumentaram o grau de comércio intra-setorial, pois o indicador passou a assumir os valores de 0,85 e 0,80, respectivamente, ao passo que o Estado de Pernambuco reduziu um pouco seu comércio intra-setorial para o ano considerado, passando para 0,81.

Os Estados de Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte reduziram significativamente o comércio intra-setorial; os dois primeiros passaram de 0,54 e 0,68 em 1995 para 0,26 e 0,37 em 2004, respectivamente. No entanto o Estado em que a variação desse indicador chama mais a atenção na análise é o Rio Grande do Norte, pois em 1995, apresentava um indicador de comércio intra-setorial bem próximo de um (0,99), mas em 2004 se reduziu drasticamente, passando para 0,39.

Tabela 11 – Indicador de comércio intra-setorial para os estados da região Nordeste

Estados	Indicador de Comércio Intra-setorial									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alagoas	0,54	0,78	0,57	0,44	0,42	0,45	0,35	0,59	0,24	0,26
Bahia	0,84	0,88	0,92	0,90	0,96	0,93	0,96	0,88	0,75	0,85
Ceará	0,70	0,64	0,68	0,74	0,79	0,82	0,92	0,92	0,83	0,80
Maranhão	0,45	0,76	0,71	0,66	0,71	0,78	0,79	0,86	0,94	0,75
Paraíba	0,57	0,72	0,58	0,52	0,66	0,68	0,92	0,80	0,53	0,63
Pernambuco	0,84	0,59	0,59	0,57	0,53	0,47	0,49	0,55	0,68	0,81
Piauí	0,68	0,88	0,88	0,63	0,41	0,40	0,56	0,42	0,30	0,37
Rio G. do Norte	0,99	0,97	0,85	0,93	0,84	0,64	0,64	0,68	0,70	0,39
Sergipe	0,46	0,57	0,48	0,44	0,37	0,48	0,34	0,54	0,57	0,64

Fonte: Elaboração própria.

Os Estados do Maranhão, Paraíba e Sergipe apresentaram um resultado bastante favorável para esse indicador, principalmente o Maranhão e Sergipe, que possuíam um indicador de comércio intra-setorial de 0,45 e 0,46 em 1995, e passaram, em 2004, a apresentar valores de 0,75 e 0,64, respectivamente.

Como pode ser constatado pelos resultados do indicador de Comércio Intra-Setorial alguns Estados da região Nordeste ainda apresentaram uma pauta de exportação pouco especializada, visto que o comércio de exportação e importação simultânea dos seus setores revelou-se baixo.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção dos Estados da região Nordeste no comércio exterior ainda se apresenta, de um modo geral, de forma bastante frágil, o que se constata neste trabalho, através dos resultados do cálculo dos indicadores sugeridos. É que os estados da região Nordeste podem ser divididos em dois grandes grupos no que se refere ao comércio exterior. O primeiro grupo é composto por aqueles que apresentaram, tanto em 1995 quanto em 2004, resultados favoráveis ao comércio exterior; são eles: Bahia, Ceará e Pernambuco; e o segundo grupo é formado pelo restante dos Estados (Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). Estes, de uma maneira geral, apresentaram resultados não muito favoráveis ao comércio exterior, ressaltando que o Estado da Paraíba, mesmo fazendo parte do segundo grupo, apresentou resultados favoráveis para alguns dos indicadores calculados.

A maioria dos Estados concentrou suas exportações em poucos setores no período analisado, exceção feita aos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, que, em relação aos demais, possuem uma pauta diversificada, o que foi visto através do Índice de Concentração das Exportações por Setor (ICS), em que o alto valor desse indicador também reflete resultado desfavorável no que se refere ao número de setores que podem ser considerados “pontos fortes” ou setores mais competitivos.

O comércio intra-setorial é pouco expressivo para alguns estados, tais como Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte, que, em 1995, tinham um significativo comércio intra-setorial, mas chegaram a 2004 perdendo neste indicador. Novamente, Bahia, Ceará e Pernambuco conseguem manter ao longo do período um comércio intra-setorial significativo e, de um modo geral, o resultados deste indicador refletem um baixo grau de especialização produtiva da região Nordeste.

A principal conclusão deste trabalho é que, além de os indicadores analisados terem apresentado resultados pouco favoráveis ao comércio exterior da região Nordeste como um todo, a sua pauta de exportação é composta por produtos oriundos de setores que possuem pouco valor agregado, intensivos em recursos naturais e trabalho, ou seja, aqueles que mais dificuldade enfrentam na inserção internacional, pelo fato de os países desenvolvidos que exportam esses mesmos produtos imporem constantemente barreiras ao seu comércio. No entanto, não se pode deixar de destacar a melhora, qualitativa para alguns Estados e quantitativa para outros, no que se refere às suas pautas de exportação. Dentro desse contexto é que se faz necessária uma ação ativa dos governos estaduais no sentido de adotarem políticas de incentivo às exportações dos setores em que cada Estado possua competitividade, pois isso pode gerar um efeito multiplicador em setores que ainda não participam da sua pauta de exportação.

Abstract

The main objective of this paper is to identify, through indicators of competitiveness, the sectors of exportations more competitive or “strong points” of foreign trade of each Northeastern State from 1995 to 2004. Moreover, it tries to measure the diversification degree and specialization of the guideline of exportation of each State of the region. It was concluded that, according to the results of the indicators, the main part of the Northeastern States concentrated their “strong points” in a few sectors, presenting a little diversified guideline, beyond little

specialized, where, in a general way the intensive sectors and, in natural resources and labor have a really significant participation

Key words:

Foreign trade; Northeast Region; Competitiveness-Northeast Region, Competitiveness-Indicators, Exportation-Northeast Region.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2004.

FONTENELE, A. M. C.; MELO, M. C. P. de; DANTAS, A. L. A. Inserção internacional da região Nordeste do Brasil: reações às políticas de incentivo e transformações recentes. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 3, p. 366-386, jul./set. 2001.

FONTENELE, A. M. C.; MELO, M. C. P. de; ROSA, A. L. T. da. **A indústria nordestina sob a ótica da competitividade sistêmica**. Fortaleza: EUFC, 2000.

HIDALGO, A. B. Especialização e competitividade do Nordeste no mercado internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, p. 491-515, jul. 1998. Número especial.

HIDALGO, A. B. Exportações do Nordeste do Brasil: crescimento e mudança na estrutura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, p. 560-574, nov. 2000. Número especial.

LOVE, J. Trade concentration and export instability. **The Journal Development Studies**, v. 15, n. 3, p. 60-69, July 1979.

Recebido para publicação em 28.ABR.2005.